

## **CAPÍTULO II – CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

### **1. Delegação de competências**

Quer no mandato 2005/2009, quer no mandato em curso, foram delegadas pela Câmara Municipal de Sever do Vouga, de forma genérica, as competências passíveis de delegação previstas no art.º 65º da LAL, nesta matéria.

Em ambos os mandatos o pelouro das obras públicas ficou adstrito ao Vereador a tempo inteiro Raul Alberto Conceição Duarte. No mandato em curso, a autorização de pagamentos e a realização de despesas da competência do Sr. Presidente da Câmara Municipal foram delegadas nos Senhores Vereadores a tempo inteiro, no âmbito de cada um dos Pelouros que lhe foram adstritos, conforme despacho de 12 de Novembro de 2009.

### **2. Processos de contratação pública analisados**

Conforme determinado na ordem de serviço, solicitou-se relação dos procedimentos de contratação de empreitada de obras públicas, prestação de serviços e bens e concessões adjudicadas no ano de 2009, tendo sido fornecidas listagens pelos serviços anexas como docs. a fls. 74 a 76. Nas mesmas não se regista a existência de qualquer processo de concessão.

Procedeu-se, ainda, à compulsa do portal dos contratos públicos ([www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt)), tendo-se detectado, quantos aos procedimentos de ajustes directos, algumas discrepâncias entre as listagens apresentadas pelos serviços e os elementos constantes do portal, tendo-se suscitado esclarecimentos junto dos serviços e analisado concretamente alguns procedimentos referenciados no portal, mas não constantes da listagem fornecida a esta IGAL ou, ao invés, procedimentos de ajuste directo constantes da listagem fornecida, mas não publicitados no portal dos contratos públicos.

Procurou abarcar-se tipos de procedimentos diferenciados, tendo-se excluído do âmbito da presente análise os procedimentos objecto de visto expresso por parte do Tribunal de Contas. Assim, foram analisados os seguintes processos:

Tipo	Procedimento	Designação	VALOR (S/ IVA)	Adjudicatário
Empreitada	Concurso Público	Rectificação da Estrada de Nespereira de Cima ao Borralhal	192 000€	Construtora Paulista, Lda.
Empreitada	Ajuste Directo	Caminho rural – S. João ao Galteiro	149 452,50€	Construtora Paulista, Lda.
Empreitada	Ajuste Directo	Requalificação do Centro de Pessegueiro do Vouga	147 860,53 €	Paviazeméis – Pavimentações de Azeméis, Lda
Empreitada	Ajuste Directo	Rectificação de uma curva no Caminho da Redouça – Cedrim	11 635,34 €	Construtora Paulista, Lda.
Aquisição de bens	Concurso Público	Biblioteca Municipal – Mobiliário e Equipamento	143 131, 63€	Great Winds, S.A
Aquisição de bens	Ajuste Directo	Aquisição de software/hardware de gestão integrada de biblioteca e consumíveis	44 316€	Novabase Advanced Custom Development, S.A
Aquisição de bens	Ajuste Directo	Aquisição de mobiliário para balcão único e Arquivo Novo	47 356,50€	Haworth Portugal – Mobiliário de Escritório, S.A
Locação de bens móveis e aquisição de serviços	Ajuste Directo	Aluguer de transporte com operador	Até 75 000€	-Construções Tavares Dias, Lda; - Construtora Paulista, Lda; - Construtora da Corga, S.A;
Locação de bens móveis e aquisição de serviços	Ajuste Directo	Aluguer de equipamento com operador	Até 75 000€	-Construções Tavares Dias, Lda; - Construtora Paulista, Lda; - Construtora da Corga, S.A;
Aquisição de serviços	Ajuste Directo	Transportes escolares – Circuitos especiais e intermédios	Até 75 000€	- António Manuel B. Ganilho (circuitos 1 e 2) - António Nogueira da Rocha (circuitos 3, 4, 5 e 6)
Aquisição de serviços	Ajuste Directo	Aluguer de Autocarro – Viagem Sénior 2009	8 250 €	Auto Viação Aveirense, S.A.
Aquisição de bens e serviços	Ajuste Directo	Fornecimento e assentamento de estruturas de ferro	7 160 €	Caixigresso – Indústrias Metalúrgicas, Lda.
Aquisição de bens	Ajuste Directo	Fornecimento de tout-venant 2ª	6 960 €	Brimo Britas de Mouquim, Lda.
Aquisição de bens	Ajuste Directo	Acervo documental para Biblioteca Municipal	5 840 €	Editorial Presença, Lda.
Aquisição serviços	Ajuste Directo	Projecto do Centro Escolar de Couto Esteves	7 000 €	Absoluto – Estudos e Projectos, Lda.

### 3. Aspectos gerais

Da análise efectuada aos processos de contratação pública, constatou-se estarem o mesmos bem organizados e denotando, em geral, preocupação no cumprimento das formalidades legais

aplicáveis. No entanto, detectaram-se alguns aspectos menos conformes, a carecer de correcção para futuro que aqui se enumeram, a saber:

**3.1.** Nem sempre é realizada a devida cabimentação da despesa concomitante à autorização para realização da mesma (determinação da abertura do procedimento de contratação) e/ou cobrindo a totalidade da verba estimada com a contratação a realizar, sem prejuízo do devido compromisso orçamental quando da contratação efectiva, em cumprimento do disposto no POCAL no ponto 2.6.1.

**3.2.** Constatada a existência de procedimentos de aquisição de bens e serviços de valor superior a 5 000€ que foram integrados como ajustes directos de regime simplificado, sem observância das formalidades legais estabelecidas nos artigos e 36º e ss. e 112º e ss. do Código dos Contratos Públicos (docs. de fls. 77 a 94). No entanto, detectada tal situação pelos serviços camarários - em regra, quando da apresentação da factura pelo prestador/fornecedor - promoveram os mesmos a devida publicitação no portal das compras públicas nos termos estabelecidos no art.º 127º do Código dos Contratos Públicos. **Exemplos:** “Aluguer de Autocarro – Viagem Sénior 2009”; “Fornecimento e assentamento de estruturas de ferro”.

**3.3.** Por outro lado, detectou-se que, em vários procedimentos de contratação pública adjudicados por ajuste directo, mais concretamente referentes a empreitadas de obras públicas, não foi dado cumprimento ao disposto no art.º 127º do Código dos Contratos Públicos, ou seja, publicitação da celebração do respectivo contrato no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, sendo tal facto condição de eficácia do contrato, estando a generalidade das situações em causa adjudicadas e realizadas e/ou prestadas e algumas mesmo já pagas. **Exemplos:** Processo de “Construção de Escadaria em Silva Escura – muros”; Processo de “Escolas Primárias – Reparação, Conservação e segurança – Escola EB1 da Vala, Silva Escura; Processo de “Requalificação do Centro de Pessegueiro do Vouga”; Processo de “Rede de Drenagem, tratamento de águas residuais e ETAR de Pessegueiro – Rua do Cabeço da Forca; Processo de “Escolas Primárias – Reparação, conservação e segurança – muros e outros trabalhos na Escola do Pessegueiro; Processo de “Estrada de S. Mateus – Paçô – Alargamento e Pavimentação”.

Não obstante a presente situação – mais concretamente nos procedimentos de contratação já pagos – ser passível de fazer incorrer os respectivos responsáveis em eventual responsabilidade de natureza financeira, constatou-se que decorreu de erro dos serviços e algum desconhecimento

perante a nova legislação em aplicação pelo que, se suscitou imediatamente tal situação junto dos serviços responsáveis, tendo os mesmos imediatamente procedido à devida publicitação.

3.4. No processo de aquisição de serviços de transportes escolares – Circuitos Especiais e intermédios para o ano lectivo de 2009/2010, realizado por ajuste directo, mas com consulta a diversos fornecedores, não foi solicitada e consequentemente aferida aos prestadores o cumprimento dos requisitos técnicos e profissionais específicos de prestação de serviços desta natureza estabelecidos na Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril (transporte colectivo de crianças). Ora, a detenção ou não desses requisitos, poderia influir desde logo na possibilidade de acesso a este procedimento de contratação, com efeitos na escolha posterior do adjudicatário. Tendo terminado os contratos resultantes deste procedimento a 14 de Setembro de 2010, já nada havia a diligenciar quanto aos mesmos, no entanto, por compulsão do procedimento efectuado para o mesmo fim já no decurso deste ano, para o ano lectivo 2010/2011, verificou-se que o mesmo decorreu de forma semelhante ao anterior, pelo que, desde logo se recomendou aos serviços camarários a tomada de diligências visando verificar por parte dos adjudicatários escolhidos a detenção dos requisitos profissionais e técnicos legalmente estabelecidos, tendo desde logo sido promovida a notificação dos adjudicatários no sentido de demonstrarem o cumprimento dos requisitos legais para o efeito (docs. de fls. 95 a 98).

3.5. Nos processos de empreitada de obras públicas não tem sido dado cumprimento ao estipulado no art.º 108º do Código dos Contratos Públicos (elaboração e envio de relatório de contratação ao INCI), no art.º 402º do Código dos Contratos Públicos conjugados com o disposto na Portaria n.º 701-E/2008, de 29 de Julho (elaboração e envio de relatório final da obra ao INCI), assim como não tem sido prestada a informação estatística anual prevista no art.º 472º do Código dos Contratos Públicos conjugado com o determinado na Portaria n.º 701-D/2008, de 29 de Julho.

3.6. Constatou-se situação de impedimento legal por parte do Sr. Vereador Raul Alberto Conceição Duarte, já sanada pelo decurso do tempo, na medida em que integrando o Júri do procedimento responsável pela apreciação das propostas, participou e votou na deliberação de

adjudicação.<sup>1</sup> **Exemplo:** Processo de empreitada de “Rectificação da estrada de Nespereira de Cima ao Borralhal”.

3.7. Nos processos de empreitada de obras públicas nem sempre foi dado o devido cumprimento ao disposto no art.º 388º do Código dos Contratos Públicos, ou seja, respeito pela periodicidade mensal das medições dos trabalhos e/ou realização das mesmas até ao 8º dia do mês imediatamente seguinte àquele a que respeita. Refira-se que deverá ser expressamente plasmado pela fiscalização da obra nos respectivos processos as situações de suspensão de trabalhos, atrasos de execução e outros aspectos que condicionam a execução da obra e nas situações em que tal se suscitar propondo mesmo a aplicação de sanções contratuais nos termos do previsto no art.º 403º do Código dos Contratos Públicos, tendo-se constatado, em geral, insuficiência da informação vertida para os processos fornecidos a esta IGAL quanto a estes aspectos. **Exemplos:** Processo de “Requalificação do Centro de Pessegueiro do Vouga”; Processo de “Rectificação da Estrada de Nespereira de Cima ao Borralhal”.

3.8. Constatadas contradições entre informações constantes dos diversos elementos base do procedimento e/ou situações de incumprimento de cláusulas do caderno de encargos na execução contratual. **Exemplos:** Na empreitada do “Caminho Rural de S. João ao Galteiro”, no caderno de encargos consta um prazo de execução da obra de 20 dias e no convite é indicado um prazo de 75 dias; No processo de “Requalificação do Centro de Pessegueiro do Vouga” foi estipulado a não prestação inicial de caução, prevendo-se na cláusula 8ª do convite a retenção de 10% nos pagamentos a efectuar, sendo que, de facto, só foi efectuada a retenção de 5% nos pagamentos efectuados para esse fim.

3.9. No processo de empreitada “Caminho Rural de S. João ao Galteiro”, constatou-se que não obstante a proposta mais baixa apresentada corresponder ao valor de 149 350 €, por erro do júri na proposta de adjudicação constante do Relatório Final, foi a mesma adjudicada, contratada e paga pelo preço base do procedimento, ou seja, 149 452, 50€ (preço, aliás superior ao preço apresentado pelos dois concorrentes ao procedimento). Embora o diferencial seja cerca de 100 €, foi desde logo reportado tal erro aos serviços, no sentido dos mesmos diligenciarem rapidamente junto do adjudicatário, no sentido de proceder à devolução do excesso pago (102,50€). Em

<sup>1</sup> Cfr. a propósito o constante da publicação “Contratação Pública Autárquica”, CEDOUA/FDUC/IGAT, 2006, fls. 105 e ss.

contraditório deverá ser fornecida informação actualizada sustentada em documentos de suporte quanto à resolução da presente situação. Esta empreitada suscitou ainda outro tipo de questões objecto de tratamento específico no ponto seguinte.

#### **4. Situação das empreitadas relativas a obras de requalificação de caminhos rurais no âmbito do Programa AGRIS**

Na análise efectuada à empreitada relativa ao “Caminho Rural de S. João ao Galteiro”, designadamente das peças e plantas do projecto base, aprovado por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 2009.03.09, adjudicada no seguimento de procedimento por ajuste directo, por despacho do Presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga de 2009.04.02 à firma Construtora Paulista, Lda., constatou-se que os trabalhos a realizar - consistentes em movimento de terras, execução de drenagem pluvial, pavimentação com tapete betuminoso e execução de muros sobre caminho rural em terra batida existente a alargar -, incidiam sobre espaço classificado como REN e RAN, sem que do processo e projecto base constasse qualquer evidência de, junto das entidades competentes pela gestão da REN e RAN ter sido diligenciada a devida comunicação prévia/autorização/parecer visando a integração das obras a realizar face às restrições legais constantes dos respectivos regimes legais e conforme delimitações constantes das plantas de ordenamento e condicionantes do PDM de Sever do Vouga - cfr. respectivamente art.º 20º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto e o agora previsto nos artigos 22º e ss. do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março.

As obras realizadas nesta empreitada foram objecto de candidatura e consequente financiamento (75%) no âmbito do Programa AGRIS, Acção 6, Subsecção 6.1., encontrando-se concluídas (o auto de recepção provisória data de 2009.06.05) e totalmente pagas.

Solicitados esclarecimentos aos serviços, verificou-se não ter havido qualquer diligência junto das entidades competentes pela gestão da REN e da RAN, até porque, à data, tratando-se de obra cujo projecto foi objecto de análise e aprovação por parte do Ministério de Agricultura sem objecções (entidade financiadora) atento o financiamento pelo Programa AGRIS, terem os

serviços camarários responsáveis considerado estar a situação devidamente enquadrada (docs. de fls. 99 a 120).

Por outro lado, suscitada a questão quanto a este processo de empreitada, foi constatado que, no final do ano de 2008, tinham sido efectuadas obras semelhantes, no âmbito de outra empreitada, noutros caminhos rurais, no âmbito também do Programa AGRIS, e que alguns dos percursos intervencionados incidiam sobre áreas de REN e RAN – caso do “Caminho rural do Cabo na Freguesia de Couto Esteves” e do “Caminho Rural da Póvoa (EN328) à estrada da Silveira, na Freguesia de Talhadas (docs. de fls. 129 a 170).

No entanto, levantada a questão por esta IGAL, foram desde logo iniciadas diligências visando a integração legal de todas as obras em causa realizadas face aos regimes RAN e REN, conforme documentos que se juntam como fls. 121 a 127 e 171 a 202, devendo em sede de contraditório serem prestados esclarecimentos actualizados sobre a conclusão das situações sinalizadas visando a sua integração legal.